


PATRIMÓNIO(S), CULTURA(S) E IDENTIDADE(S): O OIKOS COMO FATOR FUNDAMENTAL DA SUA CONSTRUÇÃO

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.368172509063>

Data de submissão: 06/06/2025

Data de aceite: 16/06/2025

Nuno Manuel dos Santos Carvalho

Escola Superior de Educação – Insituto
Politécnico de Coimbra
CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de
Ciências Sociais – FCSH – Universidade
Nova de Lisboa
Coimbra – Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-0970-7331>

PALAVRAS-CHAVE: Oikos, cultura(s),
património(s), identidade(s).

HERITAGE(S), CULTURE(IES)
AND IDENTITY(IES): OIKOS AS A
FUNDAMENTAL FACTOR IN ITS
CONSTRUCTION

RESUMO: O presente artigo parte de uma análise sobre a relação natureza-cultura, com base na importância do Oikos para a construção das culturas, os seus patrimónios e identidades, tanto em termos globais, como em termos locais. O Oikos, enquanto ambiente natural e cósmico, engloba as componentes geomorfológicas, paisagísticas e climáticas, bem como os recursos naturais de cada região e, como tal, tem um papel decisivo na construção cultural dado que a cultura se constitui como uma resposta da espécie humana aos desafios da natureza. Assim, a diversidade do Oikos impõe diferentes desafios e consequentemente diferentes respostas, assumindo-se, deste modo, como o principal fator da diversidade cultural em termos mundiais, bem como das culturas e identidades locais.

ABSTRACT: This article starts from an analysis of the nature-culture relationship, based on the importance of Oikos for the construction of cultures, their heritage and identities, both in global and local terms. Oikos, as a natural and cosmic environment, encompasses the geo-morphological, landscape and climatic components, as well as the natural resources of each region and, as such, plays a decisive role in the cultural construction since culture is constituted as a response to the human species to the challenges of nature. Thus, the diversity of Oikos imposes different challenges and, consequently, different responses, thus assuming itself as the main factor of cultural diversity in global terms, as well as of local cultures and identities.

KEYWORDS: Oikos, culture(ies),
heritage(ies), identity(ies).

1. DO PATRIMÓNIO NATURAL AOS PATRIMÓNIOS CULTURAIS

1.1. Natureza e cultura: relação espécie humana-natureza

Natureza é antes de mais o *universo* na sua totalidade cósmica, visível e invisível, na qual o Homem se insere. “A totalidade do cosmos, inclui as coisas, os seres, os animais, os homens e as forças – conhecidas e desconhecidas que os regem. Por natureza compreende-se também o ambiente ecológico, a terra, a vegetação, os animais; a vida humana desenvolve-se em simbiose com esta realidade” (BERNARDI, 1982, p.20). É sobre o ambiente ecológico, o *oikos*, enquanto fator da cultura que assentamos a nossa reflexão.

Assim, o Homem faz parte da natureza com a qual se relaciona e da qual depende para a sua existência. No entanto, essa relação assumiu um caráter diferente da relação que é estabelecida por todas as outras espécies vivas a partir do momento em que o homem adquiriu capacidade para a transformar e criar *cultura*. Mais do que um modo de vida dos homens, a cultura é tudo o que o homem “acrescenta à natureza, ou seja, a cultura é a natureza, materializada, objetivada”. (MESQUITELA LIMA, 1991, p. 39).

A cultura assenta necessariamente sobre a natureza. “Se, portanto, se quer compreender a fundo o complexo fenómeno da cultura, convém não descurar o fundamento natural que permite ao homem desenvolver a atividade mental e criar a cultura” (BERNARDI, 1982, p. 23)

Para uma análise dinâmica da cultura, Bernardi (1982) apresenta quatro fatores: “o *anthropos*, ou seja, o Homem na sua realidade individual e pessoal; o *ethnos*, comunidade ou povo, entendido como associação estruturada de indivíduos; o *oikos*, o ambiente natural e cósmico dentro do qual o homem se encontra a atuar; o *chronos*, tempo, condição ao longo da qual, em continuidade de sucessão, se desenvolve a atividade humana. (BERNARDI, 1982, p. 50)

É, pois, sobre o *oikos*, que assenta a base da nossa reflexão, ou seja, sobre a importância do património natural para a criação dos patrimónios culturais. *Oikos* é uma palavra grega que significa casa, no sentido de habitat. Dela deriva o termo ecologia que nas ciências naturais indica o estudo do ambiente e mais especificamente as relações entre o ambiente e os organismos biológicos. Enquanto fator da cultura, tal como é apresentado por Bernardi (1982), o *oikos* é o meio ambiente no qual a espécie humana desenvolve a sua atividade e cria cultura e, é esse meio ambiente que vai influenciar a cultura de cada povo, de cada local, na medida que pode dizer-se que a cultura é uma resposta da espécie humana à natureza, ou seja, aos desafios que esta lhe coloca, para satisfazer as suas necessidades, *físicas, fisiológicas e espirituais*. E, é deste desafio-resposta que resulta a diversidade cultural, na medida em que consoante o *oikos*, assim são os desafios e respetivas respostas. É assim que, sendo os desafios e as respetivas respostas muito diferentes, logo culturas diferentes, em *oikos* tão diversos como, por exemplo, a floresta tropical e o deserto. Ou seja, a espécie humana apresenta uma grande diversidade cultural, que está intimamente relacionada com o seu meio. “As culturas são respostas adequadas e adaptadas ao ambiente geográfico-natural” (MESQUITELA LIMA, 1991, p. 157).

2. PATRIMÓNIO(S) IDENTIDADE(S) E DESENVOLVIMENTO LOCAL

2.1 Património(s) e identidade(s)

Não pretendemos nesta reflexão “discutir” os conceitos de património e identidade nas suas múltiplas aceções e complexidade, mas tão só enquadrá-la na sua relação mormente no que concerne ao património construído. O próprio uso do plural usado no subtítulo remete como refere Brito (2006) “para o facto de não estarmos a lidar com conceitos de sentido estável, ao contrário do que tende a sugerir o seu uso corrente essencialista, tanto em relação ao património quanto por mais fortes razões, em relação à identidade” (BRITO, 2006, p. 43).

Assim, como vimos na relação da natureza-cultura, se o património natural se assume como determinante para a construção dos restantes patrimónios culturais, também esses patrimónios, por sua vez, se assumem como relevantes para a construção das identidades locais na medida em que se encontram intimamente relacionados. “Na verdade, são tão intimamente relacionados que frequentemente são entendidos como uma extensão óbvia um do outro: a identidade como a “essência” de um determinado coletivo humano; o património como a sua manifestação “natural”, que sobrevive ao decurso do tempo e que se é preciso resgatar e preservar a todo o custo” (PERALTA & ANICO, 2006, p. 1).

Por conseguinte, a produção e reprodução de identidades tem por base as questões patrimoniais associadas a um determinado contexto espacial em que o local remete para o conjunto das relações interpessoais que se desenvolvem na vida quotidiana e que sobre uma base territorial constroem a sua identidade. Essa base territorial consiste no cenário de representações e de práticas que são desenvolvidas nesse lugar e que definem a singularidade de uma comunidade. (FERREIRA, 2011)

Estabelece-se, assim, uma relação entre o local e a identidade, “enquanto espaço de ancoragem, de pertença, o espaço praticado, percorrido, sentido e representado, segundo diferentes condições de existência afetiva do tipo económicas, sociais, profissionais e etárias que afetam os comportamentos espaciais limitando-os no geral. Engloba os lugares do quotidiano, apropriados, patrimoniais, familiares pela prática pessoal, mas também pela experiência contada de outros, do presente, ou anteriores, mais ou menos imaginada, mesmo sonhada num passado já distante (CAVACO, 2009, p. 39).

2.2 O mosaico identitário português e o desenvolvimento local

Como referimos atrás esta reflexão, embora defendendo que o património natural é o responsável principal pela criação dos restantes patrimónios, damos particular ênfase ao património construído. É, pois, nele que assentam maioritariamente os exemplos que apresentamos a seguir, de forma sintética, tendo por base o trabalho de alguns importantes autores da etnografia e cultura portuguesas.

Na grandiosa obra de J. Leite de Vasconcelos “Etnografia Portuguesa” organizada em 10 volumes, produzida no início dos anos 30 do século XX, - o primeiro, de 10 volumes, foi publicado em 1933. A edição consultada é a de 1980, publicada pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda, indicada nas referências bibliográficas deste texto - podemos encontrar um minucioso retrato de Portugal desde a geografia física do território, geologia, paisagem, fauna flora aos aspetos culturais e de organização social, é patente uma ligação estreita, quase como se de um cordão umbilical se tratasse entre as características físicas e climáticas do território, ou seja, o seu património natural e os seus patrimónios culturais. Não só a arquitetura, quer a habitação, quer outros tipos de construção relacionados com as atividades económicas, mas também os restantes elementos culturais. São também patentes na obra as questões da identidade na sua relação estreita com os lugares de pertença.

Jorge Dias (1981) na sua monografia sobre a aldeia comunitária de Vilarinho da Furna estabelece uma relação de causalidade entre toda a organização e estrutura da aldeia, bem como os seus modos de vida, com a *geografia* do território. “Indo mais longe na trama da causalidade, parecem ser também as condições especiais do terreno que explicam a organização comunitária destes povos. É nas particularidades da geografia física da região que encontraremos a explicação para a formação e sobrevivência numa época que lhe é adversa” (DIAS, 1981, p. 38). Vilarinho da Furna foi uma aldeia comunitária situada no Gerês, na Freguesia de Campo, concelho de Terras do Bouro, que, em 1971, ficou submersa com a construção de uma barragem hidroelétrica. A primeira edição da obra de Jorge Dias é de 1948.

Referindo-se à arquitetura o mesmo autor refere o granito como o material presente em praticamente todos os tipos de construções. “A primeira impressão que dá Vilarinho é a de uma aldeia ciclópica, devido ao tamanho dos blocos de granito que usam nas construções”. (DIAS, 1981, p.39). “As construções dividem-se em: *casas de habitação* (com as lojas para o gado por baixo, e, em cima, a cozinha, quartos de dormir, sala do tear e quartos de arrecadação), *sequeiras, canastros, ladrilhos, lagares, moinhos e cabanas*. A casa de Vilarinho é de granito, material que abunda na região”. (DIAS, 1981, p.45).

Também na obra de Veiga de Oliveira et al (1984) – a primeira edição da obra é de 1969 - “Construções Primitivas em Portugal” na qual é feito um levantamento exaustivo do que designam construções primitivas, que vão desde a casa de habitação até todo o tipo de abrigos, para diversos fins e estruturas relacionadas com as atividades económicas das populações, com cobertura de todo o território nacional é visível a utilização dos diversos materiais de construção, que vão desde a pedra à madeira, ao colmo, existentes em cada território onde as construções ocorrem.

Relativamente a Rio de Onor, outra aldeia comunitária, Dias (1984) – a primeira edição da obra é de 1953 - refere-se do seguinte modo à casa de habitação. “A casa rionoresa procura satisfazer as necessidades de uma economia agrícola pastoril modesta,

quase de subsistência, com fortes raízes no passado. É o tipo da casa alta, com rés do chão e primeiro andar (...). A parte térrea serve de curral, de celeiros e adega. (...) Os materiais de construção são aqueles que se encontram na região: xisto, lousa e castanho. As paredes são feitas de pedras pequenas, habilmente dispostas sem reboco exterior (DIAS, 1984, p. 57).

João Leal (2000) dedica um capítulo à casa portuguesa em que discute a perspectiva de vários autores desde o século XIX, em que procura fazer uma leitura de unidade da cultura portuguesa, e de uma “homogeneidade cultural portuguesa apesar das diversidades, contudo os elementos naturais, como a morfologia e o clima estão sempre presentes.

Gabriel Pereira, (1895) citado por Leal, (2000) refere que “a casa varia, adapta-se ao clima e aos costumes do habitante. Estudando a casa portuguesa, devemos marcar a rural e a urbana. A minhota, com o seu eido, difere do casal alentejano, como o seu quintal ou quinchoso: diferem no aspeto, no lar e na chaminé, pela falta de abundância de cal, nas varandas, que no Sul chegam a ser terraços. Basta a neve, que na região norte do país forma no inverno espessas camadas, para originar diferenças de construção” (LEAL, 2000, p. 128).

Por conseguinte, os patrimónios culturais em Portugal que diferenciam as regiões e que podemos designar de culturas locais estão intimamente relacionadas com o património natural de cada região, particularmente com a sua geologia e geomorfologia, associados ao clima.

Assim, a diversidade geomorfológica e paisagística do país determina muito daquilo que são as identidades de cada região.

É, pois, com base no exposto acima, e tendo em conta que o conjunto dos patrimónios constitui a cultura, no sentido antropológico do termo, que defendemos a ideia de que o património natural é o “pai e a mãe” de todos os patrimónios. E, no caso português, apesar da pequena dimensão do seu território, o património natural apresenta uma grande diversidade, geomorfológica, ambiental e paisagística, o que, como veremos adiante, está na origem de um vasto e rico conjunto de culturas e identidades locais. Atente-se por exemplo, como ponto de partida, no elemento geológico do nosso território e, tendo por base, o provérbio, *diz-me como é o teu chão, dir-te-ei como é a tua casa*. Este “simples” elemento permite-nos constatar a existência de um rico e diversificado património arquitetónico ligado, tanto à habitação, como ao património monumental. Vejamos alguns exemplos baseados na arquitetura tradicional. Em grande parte da Região Norte, de que é exemplo, Trás-os-Montes, é “marcada” pelo granito, na Região Centro de que são exemplo algumas regiões da Beira Alta e da Beira Baixa, pelo xisto, de que são exemplo o magnífico conjunto das Aldeias de Xisto, e um pouco mais a sul, pelo calcário, sobretudo no Maciço Calcário Estremenho, que apresenta um notável edificado em calcário, que vai para além da habitação a que pode atribuir a existência da existência de uma *cultura da pedra*, tal a quantidade elementos que constituem o património construído do maciço. Nesta região calcária assinala-se ainda a presença dos Mosteiros de Alcobaça e Batalha,

ambos classificados como Património Mundial pela UNESCO e cuja construção é em pedra calcária. Avançamos para Sul e quer o Alentejo, quer o Algarve, são marcados pela construção em adobe, não só pela natureza do solo, mas também do clima. Toda esta diversidade patrimonial em termos de arquitetura surge, “apenas” porque a natureza geomorfológica dos territórios “impôs” este desafio aos seus habitantes, os quais, para responderem às suas necessidades de abrigo construíram as suas habitações com os materiais que a natureza, o *oikos*, colocava ao seu dispor.

Mas o património natural não influenciou só a construção de habitações e monumentos, ou seja, o património construído, influenciou todos os outros tipos de património decorrentes do modo de vida das populações que tiveram de se adaptar e responder aos habitats, ao *oikos*, como por exemplo as atividades ligadas à agricultura e pastorícia, as quais também nos remetem, para além de outros, para o património gastronómico.

E, para além dessa riqueza e diversidade do património cultural, quer material, quer imaterial, prevalece ainda o património natural, rico em biodiversidade (fauna e flora) e paisagem. Esta é hoje uma paisagem humanizada, mas que continua rica e diversa, e grande parte dela integrada em áreas classificadas o que constitui uma mais-valia.

É, pois, todo este vasto, rico e diversificado conjunto de património, natural e cultural que entendemos constituir-se como o principal recurso endógeno das regiões em geral, e das regiões de baixa densidade em particular, numa lógica de desenvolvimento local sustentável.

As regiões de baixa densidade apresentam grandes assimetrias e desigualdades muito preocupantes, conforme pode ler-se no Plano Nacional de Coesão Territorial (PNCT) apresentado pelo governo em outubro de 2016, no texto introdutório, escrito pela coordenadora da unidade de missão, Helena Freitas: “assistimos a uma litoralização progressiva do país, acentuando-se a tendência para o despovoamento, envelhecimento e empobrecimento das regiões do interior as quais representam cerca de 2/3 do território nacional. A perda de coesão territorial tem vindo a agravar-se, e convoca-nos para a procura urgente de soluções que contrariem uma trajetória insustentável” (PNCT, 2016 p. 3).

O que cada região tem de característico e a diferencia das outras regiões é fundamental, é insubstituível para o seu próprio desenvolvimento, sendo de realçar “a necessidade de aproveitar as diversidades locais e regionais e as vantagens específicas de produtos tradicionais de elevada qualidade” (CRISTÓVÃO e TIBÉRIO, 1993, cit p/ RITA e MERGULHÃO, 1997, p. 37).

Efetivamente, é a diversidade do património, natural e cultural que diferencia os territórios e que pode ter efeitos positivos a dois níveis, desde que devidamente trabalhados: por um lado, o seu caráter diferenciador permite que os territórios se afirmem pela sua singularidade, fazendo face a mecanismos e processos de globalização uniformizadores, e, por outro lado, ao invés de serem “concorrentes” dos territórios vizinhos, potenciam sinergias com estes, também eles portadores de singularidade, alargando, assim, a base da oferta, com efeitos benéficos para todos, e elevando o desenvolvimento a uma escala regional (Cf. Carvalho, 2022).

CONCLUSÃO

A natureza, aqui entendida como o meio ambiente, *o oikos*, tem uma forte influência nas culturas dos povos na medida em que, a sua diversidade, coloca à espécie humana diferentes desafios e obtém desta uma diversidade de respostas para satisfação das suas necessidades físicas e espirituais, culminando na cultura de cada local, consubstanciada nos seus patrimónios culturais, que dão corpo à sua identidade.

Assim, toda esta diversidade patrimonial, que verificámos nesta reflexão, e que denominámos como “mosaico identitário português”, sobretudo em termos de arquitetura surge porque a natureza geomorfológica dos territórios “impôs” este desafio aos seus habitantes, os quais, para responderem às suas necessidades de abrigo construíram as suas habitações com os materiais que a natureza, *o oikos*, colocou ao seu dispor.

Mas o património natural não influenciou só a construção de habitações e monumentos, ou seja, o património construído, influenciou todos os outros tipos de património decorrentes do modo de vida das populações que tiveram de se adaptar e responder aos habitats, ao *oikos*, como por exemplo as atividades ligadas à agricultura e pastorícia, as quais também nos remetem, para além de outros, para o património gastronómico.

Como remate final concluímos que é todo este vasto, rico e diversificado conjunto de património, natural e cultural que entendemos constituir-se como o principal recurso endógeno das regiões, particularmente das regiões de baixa densidade, numa lógica de desenvolvimento local sustentável.

REFERÊNCIAS

BRITO, J. Patrimónios e Identidades – a difícil construção do presente. In E. Peralta. & M. Anico, Patrimónios e identidades - Ficções contemporâneas. Oeiras: Celta. 43-51, 2006.

CARVALHO, N. Territórios e Desenvolvimento: emergência e percurso do desenvolvimento local sustentável em Portugal. In Atas do V Congresso Internacional, Educação, Ambiente e Desenvolvimento. Leiria: Oikos, 10-18, 2022.

CAVACO, C. Os espaços rurais como espaços de vida: mobilidades residenciais e novas formas de habitar. In F. Baptista, Jacinto, R. & T. Mendes, Os territórios de baixa densidade em tempos de mudança. Proença-a-Nova: C. M. de Proença-a-Nova. 39-72, 2009.

DIAS, J. (1981) **Vilarinho da Furna – uma aldeia comunitária**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1981.

Dias, J. (1984) **Rio de Onor – comunitarismo agro-pastoril**. Lisboa: Editorial Presença. 3ª edição, 1984.

Ferreira, J. (2011) **Participação e cidadania: o caso de estudo do Ciné-Teatro da Pampilhosa**. Dissertação de Mestrado em Educação de Adultos e Desenvolvimento Local. Coimbra: ESEC/IPC, 2011.

LEAL, J. (2000) **Etnografias portuguesas (1870-1970): cultura popular e identidade nacional**. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2000.

LEITE de VASCONCELOS, J. **Etnografia Portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. (10 volumes), 1980.

MESQUITELA LIMA, A. **Introdução à Antropologia Cultural**. Lisboa: Presença, 1991.

Peralta, E. & Anico, M (2006) **Patrimónios e identidades - Ficções contemporâneas**. Oeiras: Celta, 2006.

Veiga de Oliveira, E.; Galhano, F. & Pereira, B. **Construções Primitivas em Portugal**. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1998.

Fontes publicadas

UMVI – Unidade de Missão para a Valorização do Interior (2016) Programa Nacional para a Coesão Territorial.